

Heldiane Aranha Corrêa<sup>1</sup>  
Tatiana Abreu de Sá<sup>2</sup>  
Noemi Sakiara Miyasaka Porro<sup>3</sup>

*Entre o açai e o roçado: interpretações  
sobre o planejamento de atividades  
agrícolas e extrativas por um  
campesinato de várzeas amazônicas*

## **Introdução**

As características econômicas, ambientais e sociais da Amazônia brasileira são marcadas por sua peculiar estrutura agrária e seus sujeitos diversos.

Quanto à geografia, a Amazônia parece homogênea, contudo, é composta por diversos ecossistemas (AB'SABER, 2002), dentre os quais destacaremos dois: o de terra firme, cuja composição abrange subcategorias e constitui cerca de 98% do território, alcançando a altitude de 10 a 100 metros sobre o nível do mar e tendo como característica comum que normalmente não inunda. O outro é a várzea, como uma categoria de diferenciação intra-florestal, sujeita a inundações ao longo do ano, que é a planície aluvional ou o “leito maior dos rios”. Porro (1996) descreve a importância desse ecossistema para a formação social da Amazônia.

Sob a ótica social, a heterogeneidade de sujeitos rurais pode ser vista através do histórico da região, com base na existência de “ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos, portugueses, holandeses,

---

<sup>1</sup> Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: heldi\_aranha@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental e docente colaboradora do PPG Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (UFPA). E-mail: tatiana.sa@embrapa.br.

<sup>3</sup> Pesquisadora e docente do PPG Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (UFPA). E-mail: noemi@ufpa.br.

franceses” com os quais foram construídas as formas de organização social nos “trópicos amazônicos” (FRAXE, WITKOSKI e MIGUEZ, 2009).

Na década de 1950, antropólogos registravam que a influência e fusão das culturas era claramente percebida entre os moradores às margens da bacia fluvial do rio Amazonas pelas crenças populares, traços físicos e técnicas agrícolas (WAGLEY, 1988, p. 25).

Décadas depois, o economista Costa aborda essa diversidade de sujeitos na estrutura rural amazônica diferenciando-os nas dimensões econômica, institucional e social, em contexto específico, a partir do conjunto de atividades habituais com as quais resolvem seus problemas produtivos e reprodutivos, chamando de “noção da trajetória tecnológica” (COSTA, 2015, p. 12). A partir do Censo agropecuário 2006 do IBGE, ele distingue cinco trajetórias em evolução na Amazônia: três camponesas (produção rural de base familiar) e duas patronais (produção empresarial e em fazendas).

Não há um padrão tecnológico homogêneo e coeso nestas trajetórias tecnológicas. Nas duas últimas, há o uso de técnicas com base no conhecimento científico e controle da natureza para corresponder às necessidades industriais. Nas três primeiras, as atividades onde a força produtiva é estabelecida pela natureza, se preza a manutenção das interações ecológicas mais próximas ao natural, considerando direitos de uso baseado em vivência, graus de parentesco ou relações de vizinhança e compadrio (COSTA, 2015, p. 12).

Nesses moldes, para o campesinato baseado em experimentação e interação com o ecossistema local aplicado à agricultura, temos a agricultura de corte e queima ou itinerante, designada regionalmente de “roçado”. Esse sistema de cultivo é utilizado por diferentes categorias sociais (indígenas, camponeses sob diversas designações: ribeirinhos, assentados, extrativistas, colonos, entre outros) em toda a região tropical até as florestas subtropicais do planeta (PEDROSO JUNIOR, MURRIETA e ADAMS, 2008, p. 154; RICHERS, 2010, p. 27).

No ecossistema da várzea amazônica, os roçados apresentam áreas de cultivo pequenas (em geral menores que um hectare), o tempo de pousio é menor que o da terra firme por benefício da fertilização natural das várzeas e, por consequência, utilizam uma área continuamente por maior período de tempo (ZARIM, DUCHESE e HIRAOKA, 1998, p. 308). O roçado nestes termos é considerado uma forma de uso integrado ao ambiente (FEARNSIDE, 1989, p. 198, ALTIERI, 1999, p. 104, RICHERS, 2010, p. 34).

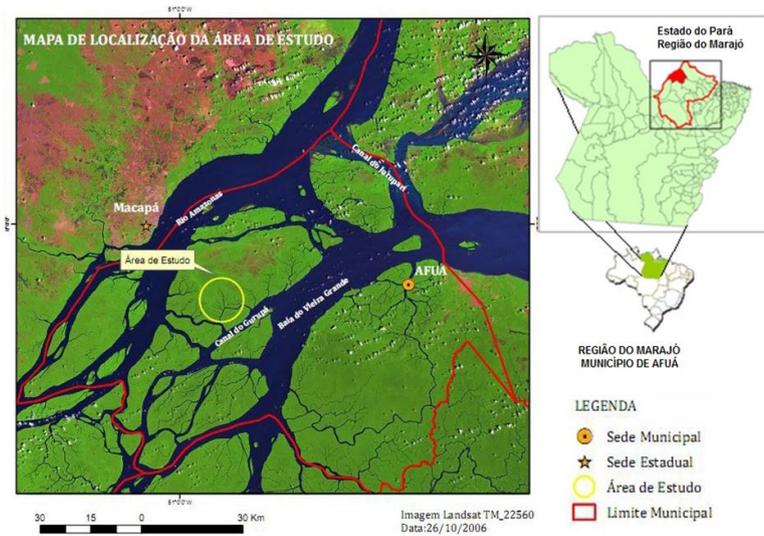
Partindo dessa perspectiva de integração de atividades, articulando subsistemas agrícolas em um ambiente de várzeas, objetivamos com esse trabalho interpretar as dinâmicas socioprodutivas da unidade familiar de

produção à luz do conceito de campesinato (CHAYANOV, 1981, p. 141; WOLF, 1970, p. 88), analisando-as em relação ao agroecossistema do roçado (ALTIERI, 2002, p. 104) integrado ao extrativismo do açai.

## Metodologia e contextualização geográfica

O *locus* da pesquisa situa-se na região das ilhas do município de Afuá, estado do Pará, Brasil (Mapa 1), na Ilha Queimada nas residências das famílias de sujeitos que se identificam como tiradores de açai, que estão localizadas nas imediações dos rios Preto e Laranjal.

**Mapa 1** – Mapa de localização da área de estudo dentro do perímetro do município de Afuá – PA, e seu posicionamento no estado do Pará e no Brasil, assinalando-se também a sede do município e a cidade de Macapá – Amapá, onde ocorre grande parte da comercialização do fruto do açai (*Euterpe oleracea*. Mart.)



Fonte: Adaptado de Barbosa (2012).

A área correspondente à Ilha Queimada é de propriedade estatal, pertencente à Marinha e, portanto, de propriedade da União (SPU, 2006). Sua regularização fundiária foi formalizada por meio da implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE),

criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da Portaria nº 113 de 31 de dezembro de 2008 (INCRA, 2008).

A norma de execução nº 93, de 19 de julho de 2010 (INCRA, 2010), regulamenta as práticas que podem ser realizadas neste PAE: atividades agroextrativistas, atividades complementares para subsistência da família e comercialização do excedente, observando os limites de respeito, os usos, os costumes e as tradições da comunidade local.

A partir de 2008, o que era considerado como “posse” toma agora a configuração de “limites de respeito” pela ocupação tradicional dos moradores. O Plano de Uso do Projeto Agroextrativista da Ilha Queimada, elaborado em julho de 2009, concebe que não há títulos individuais de terra, mas concessões ou autorizações de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores. Logo, eles não detêm a “propriedade”, mesmo que utilizem esse termo localmente. Entendemos que, ao utilizar o termo “propriedade” estão se referindo à ocupação tradicional e aos limites de respeito das terras utilizadas pelas primeiras famílias que chegaram à ilha na década de 1960.

As análises dão sequência à pesquisa relatada na dissertação de mestrado de Aranha (2014) e são oriundos de compartilhamento de dados de trabalhos realizados por outros pesquisadores do grupo de pesquisa – Direito e gestão de recursos naturais na produção familiar de povos e comunidades tradicionais ou locais –, tais como Barbosa (2012), que trabalhou com as práticas movidas pelas relações de trabalho, a graduada em Ciências Sociais Sales (2012) que, em seu Trabalho de Conclusão de Curso realizou a análise de interpretação do modo de vida desse grupo social a partir do conceito campesinato, e Garcez da Silva (2013), que analisou as territorialidades específicas e o processo de territorialização do grupo.

Nesta pesquisa, utilizamos métodos qualitativos e instrumentos de cunho etnográfico no estudo de caso com foco em duas famílias extensas e uma família nuclear, residentes na Vila Monteiro, às margens do rio Preto e rio Laranjal, no município de Afuá, norte da Ilha de Marajó (Mapa 1).

De todas as atividades sociais e econômicas observadas, evidenciamos os roçados por ser uma forma de uso da terra, dentro de um “espaço das águas”, cujo planejamento das atividades está mais relacionado com a variação climática do que com atividade econômica em ascensão (o extrativismo do açaí) e perpassa continuamente a vida das famílias dos rios Preto e Laranjal.

Percebemos que as atividades do roçado não são determinadas pelo extrativismo de açaí, mas que, em termos do cálculo financeiro, há uma relativa dependência, pois os produtos advindos da roça são vistos como parte complementar da renda anual dos sujeitos, enquanto que o açaí se constitui em fonte de renda principal.

Em um contexto de intensificação e transformações no mercado do açaí, as atividades adjacentes como o roçado têm sido minimizadas nas análises (SANTANA & COSTA, 2008, NOGUEIRA e SANTANA, 2016) devido à possibilidade de maior retorno financeiro que o fruto oferece, principalmente nos períodos de entressafra.

Nesse contexto de várzea marajoara na primeira década de 2000, em períodos de entressafra, o valor do preço pago por saca do fruto in natura alcança 350% sobre o montante da época de safra. A partir da realidade da valorização do açaí no mercado, surge o questionamento: “pelo fato de trazer a maior parte da renda financeira, o açaí determina o planejamento pelas unidades familiares sobre as atividades do roçado (ou sobre outras práticas cotidianas), a qual está atrelado?”.

O artigo aborda inicialmente a categorização local das práticas produtivas, determinada, principalmente, pelo ciclo hidrológico. Em seguida, centralizamos a análise nas atividades definidas para nossa interpretação: o roçado, sua composição e características gerais, as noções de direito e a tomada de decisões sobre o planejamento, a dinâmica do trabalho familiar neste espaço. Posteriormente, discutimos os aspectos que integram a atividade agrícola à extrativa e as técnicas locais de manejo do açaizal. Por último, tecemos as considerações finais em torno dessa integração.

### **As práticas produtivas de verão e de inverno**

Nas várzeas, ao longo do ano, para a realização das atividades visando o sustento dos atores sociais há uma dependência do regime fluvial diário, mensal e anual e não apenas da alternância das estações seca e chuvosa, como na terra firme (PORRO, 1996, p. 10).

Nos meses com maior pluviosidade (sendo março o mês mais chuvoso), a precipitação média mensal da mesorregião do Marajó, noroeste do estado, chega a 300 mm. E nos meses de setembro, outubro e novembro temos os menores índices pluviométricos, entre 150 a 100 mm (CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 2010). As temperaturas não variam de forma extrema como nos climas temperados, mas as suas variações afetam o dia a dia de seus moradores (WAGLEY, 1988, p. 34).

Essa configuração é bem perceptível no planejamento das atividades das unidades familiares pesquisadas, onde há categorização das práticas produtivas em atividades de verão e de inverno. A sazonalidade das atividades segue representada no Quadro 1:

**Quadro 1** – Representação da sazonalidade das atividades segundo categorização local

		DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>PRÁTICAS</b>	<b>ATIVIDADES/PERÍODO</b>	INVERNO						VERÃO							
PESCA	DEFESO	■													
	PESCA DE PEIXES			■		■									
	PESCA DO CAMARÃO COM MATAPI E VIVEIROS					■		■							
EXTRATIVISMO DE AÇAÍ	SAFRA DOS FRUTOS	■			■										
	ENTRESSAFRA DOS FRUTOS					■		■							
	SAFRINHA DOS FRUTOS					■		■							
	EXTRAÇÃO DE PALMITO					■		■							
CULTIVOS NO TERREIRO	EXTRAÇÃO DE PALMITO					■		■							
	MANEJO DE AÇAIZAIS	■			■										
ROÇADO	CULTIVO NOS QUINTAIS JIRAUS	■													
	CORTE E DERRUBA							■							
	SECAGEM DOS MATERIAIS VEGETAIS					■		■							
	QUEIMA DO MATERIAL VEGETAL SECO					■		■							
	INÍCIO DOS PLANTIOS					■		■							
EXTRATIVISMO DE SEMENTES OLEAGINOSAS	COLHEITAS	■													
	COLETAS DE SEMENTES E EXTRAÇÃO DE ÓLEO	■		■											

Fonte: Aranha (2014, p.101).

São consideradas atividades de verão a pesca de peixes e do camarão (objetivando rendimentos monetários), a extração do palmito, a queima da área e o plantio dos roçados. Enquanto a extração do açaí e a coleta de sementes oleaginosas são atividades de inverno. O cultivo de hortaliças nos *jiraus* (estruturas que mantêm canteiros suspensos) e a colheita dos roçados ocorrem durante o ano todo – das espécies frutíferas em roçados anteriores e nos atuais.

O cultivo nos *jiraus* é feito predominantemente pelas mulheres, em forma de canteiros ou nos paneiros. Nos canteiros utilizam ripas de madeira ou talas de buriti para contenção da terra ou do substrato feito com caroços de açaí. Mais comum ainda é encontrar os paneiros, cestos confeccionados de talas de arumã (*Ischnosiphon ovatus* Kcke), forrados com folhas ou algum material plástico (em geral sacos reutilizados das embalagens de arroz, feijão, açúcar) e sobre este a deposição do substrato de açaí. São cultivadas nesse ambiente plantas como a arruda (*Ruta*

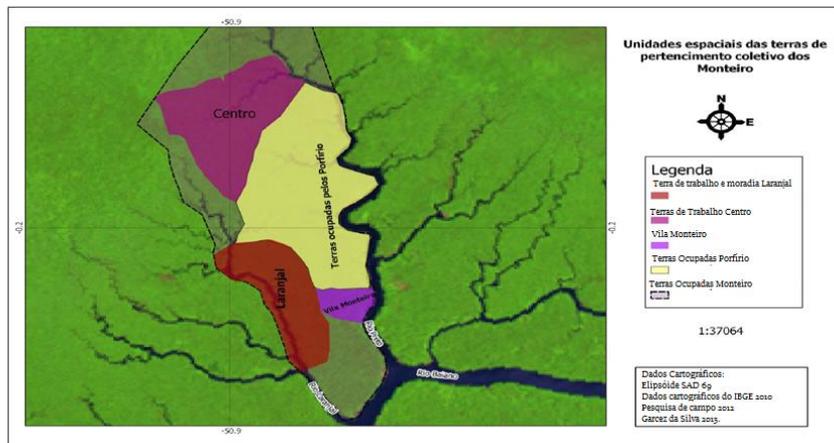
*graveolens*), catinga de mulato (*Aeollanthus suaveolens* Mart. ex Spreng), cebolinha (*Allium fistulosum*), coentro (*Coriandrum sativum*), jambu (*Spilanthes oleracea*).<sup>4</sup>

## A consolidação do roçado e as características gerais

O primeiro passo para iniciar o roçado é estimar a chegada do verão, onde a diminuição das chuvas e das lançantes altas (marés que alcançam grande parte dos solos durante determinados dias, em alguns meses do ano). As áreas são escolhidas sempre pensando na disponibilidade de solo acima do nível das águas.

As práticas necessárias ao trabalho agrícola do roçado são desenvolvidas com êxito após a diminuição da frequência das chuvas. A escolha das áreas se faz, em geral, nas terras mais altas destas ilhas, onde se situa a vegetação chamada localmente de “capoeira”, na área designada de Laranjal (Mapa 2). Nesta, encontramos vegetação secundária devido a explorações nos anos 1970 e 1980, conforme descrição de Barbosa (2012, p.108).

**Mapa 2** – Mapa das unidades espaciais das terras de pertencimento coletivo da família extensa analisada



**Fonte:** Adaptado de Garcez da Silva (2013, p. 102).

<sup>4</sup> O jambu cultivado pelas famílias estudadas possui morfologia diferenciada, suas folhas têm o aspecto mais grosseiro e áspero, o caule é mais rijo e curto do que a variedade comumente observada nas feiras de Belém. Não foi possível averiguar essas diferenças em termos botânicos no andamento desta pesquisa.

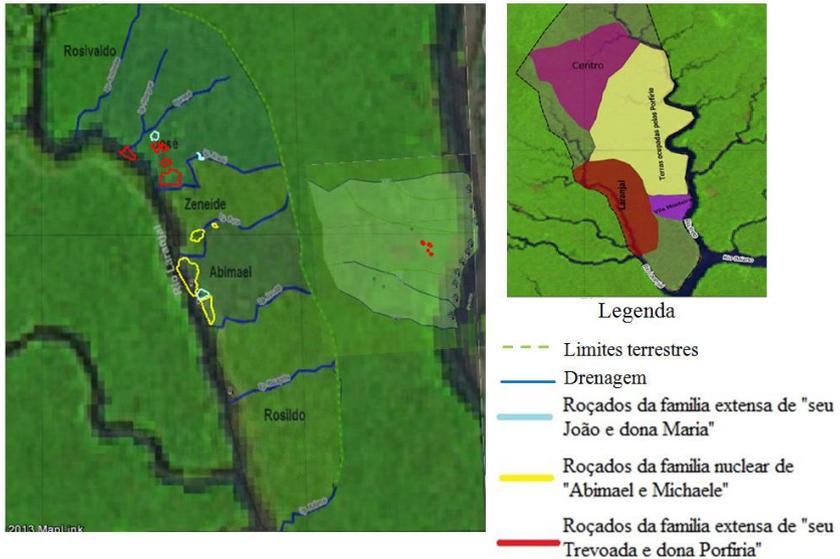
As atividades do roçado seguem uma ordem: primeiro ocorre a limpeza da área – corte de árvores e arbustos, secagem de troncos e galhos e queima da vegetação cortada. Após essa limpeza, realizam o plantio. Essa limpeza, que embora visualmente seja composta de “emaranhado de galhos e árvores queimados no meio da floresta”, conforme observou Wagley (1988, p. 85), é o que permite a incorporação de elementos essenciais ao cultivo nesse sistema.

Em geral, na Ilha Queimada, são cultivados nestas áreas designadas como roçados em torno de dez espécies, entre elas o milho (*Zea mays* L.), feijão (*Vigna vulgaris* L.), banana (*Musa spp*), cará (*Dioscorea alata* L), inhame (*Colocasia esculenta*), macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), coco (*Cocos nucifera*), urucum (*Bixa orellana*), além das hortaliças e, em alguns, o açaí (*Euterpe oleracea*). A diversificação dos cultivos e a composição de espécies são definidas de acordo com as estratégias de cada unidade familiar para otimização do espaço, adequação ao clima e diversificação de produtos agrícolas conforme o destino.

A área é utilizada como roçado em torno de dois anos. A partir daí, com o crescimento da vegetação nativa e o sombreamento da área, é necessária a tomada de decisão sobre a utilização como capoeira ou podem, optar por nova capina e replantio de espécies anuais. Além do sombreamento das áreas de plantio, são limitantes ao êxito da lavoura a frequência e intensidade de chuvas ao longo do ano, o ciclo das marés que uma vez por ano alcançam os terrenos mais altos, o domínio das terras reconhecido pelo grupo social, o ataque de patógenos e insetos aos cultivos.

Como alegoria a ilustrar nossa interpretação sobre a articulação entre roçado e extrativismo, apresentaremos o caso do primogênito da família extensa Monteiro. Os roçados estabelecidos nestas várzeas, no período de 1990 ao ano de 2012, todos coordenados pela senhora Porfíria Monteiro, possuíam áreas pequenas, em média 0,45 hectares, com tamanho máximo de 0,81 hectares e mínimo de 0,05 hectares (Figura 1).

**Figura 1** – Localização dos roçados das unidades familiares estudadas. Destaque em vermelho para os roçados coordenados pela senhora Porfíria Monteiro, na Ilha Queimada, município de Afuá, estado do Pará



Fonte: Aranha (2014, p. 93).

Segundo os entrevistados e a observação direta das pesquisadoras, não há grandes variações nessas medidas de área e em sua composição, em termos do conjunto de famílias e ao longo do tempo.

Nem todos os roçados são feitos visando o plantio de açaí. Alguns são apenas para consumo dos produtos, outros para a venda e os mistos são para venda, consumo e extrativismo de açaí. Nesse sentido, apresentamos uma categorização, segundo os critérios locais, com as principais espécies envolvidas:

#### **Quadro 2** – Categorias de roçados e especificações

<b>Categorias de roçados</b>	<b>Especificação</b>
a) <b>Roçado para venda</b>	Cultivo de espécies destinadas à venda nas feiras em Macapá. Ex: jambu, chicória, pimenta e banana.

<p>b) <b>Roçado para sementeira</b></p>	<p>Roçado que visa a manutenção da cultura de interesse e a propagação para posterior plantio em outro roçado. Ex: roçado de jambu.</p>
<p>c) <b>Roçado para venda e consumo</b></p>	<p>Cultivo de anuais e cultivos contínuos. Ex: milho, banana, jambu, chicória, macaxeira, urucum.</p>
<p>d) <b>Roçado para consumo e enriquecimento com açaí</b></p>	<p>Inicia com o roçado e aproveita-se para inserir as mudas de açaí, para o desenvolvimento pleno após o sombreamento da área, com o crescimento da vegetação nativa. Ex: milho, banana, jambu, chicória, macaxeira e mudas de açaí.</p>

Não observamos práticas diferenciadas entre as categorias de roçado de consumo e a de venda, nem qualquer cuidado maior nos roçados destinados à venda dos produtos.

A associação das espécies que compõem os roçados é mais diversa e expressa crescente habilidade na combinação das espécies quando comparada aos períodos iniciais de ocupação das terras da Ilha Queimada, sob o jugo do seringalista (SALES, 2012, p. 42; BARBOSA, 2012, p. 109; GARCEZ DA SILVA, 2013, p. 71). Segundo as entrevistas, essa combinação é definida considerando-se a associação de plantas na superfície e abaixo da superfície do solo.

A mudança da característica funcional e vegetativa da área implica também a mudança da identificação do local, que depois de determinado período não é mais considerado um roçado, mas usualmente transforma-se em um açaizal ou, de forma genérica, uma capoeira. A capoeira pode ser enriquecida com frutíferas e tuberosas, de acordo com a necessidade que cada unidade familiar reconhece.

Tudo isso é feito concomitante com a observação do ciclo hidrológico local do calendário de frutificação (dos produtos extrativos) e de pesca, os ciclos das marés – que também facilitam ou dificultam o escoamento da produção e a locomoção dos produtores até as áreas de roçado e destas até a capital Macapá.

Segundo as entrevistas, no inverno não é possível plantar, pois a “água mata”. Ou seja, quando a maré alcança os níveis mais altos e cobre o solo, falta a oxigenação adequada para as raízes. Isso faz com que indivíduos de determinadas espécies acabem morrendo, embora as sementes deixadas permitam a reprodução da espécie (PRIMAVESI, 2002, p. 68). Durante esse período as unidades familiares optam por outras

atividades que são viáveis e que podem suprir a demanda do seu grupo: colheita e comercialização dos frutos de açaí, cultivar nos quintais e jiraus, o pousio da área de roçado, conserto de motores, coleta de sementes oleaginosas.

Ao se aproximar o período de “verão”, se preparam para as atividades que são apropriadas a essa condição climática: práticas inerentes ao roçado, manejo de capoeira e açazais, pesca de peixes e camarão.

Tendo isso em mente, se o dono do roçado opta por enriquecer com açaí, ao invés de permanecer com a capoeira, investe no manejo desta espécie, que consiste em limpezas, seleção, retirada das palmeiras mais altas e velhas, aproveitamento do palmito e replantio de açazeiros.

A decisão entre conduzir o açazal e a perpetuação da capoeira envolve uma particular análise familiar do “dono” da área e seus interesses em satisfazer as necessidades de consumo, as exigências alimentares, um fundo de reserva, acumulação ou investimento para um fim determinado. Se pretende adquirir um barco, um motor, realizar uma festa de aniversário, comprar um móvel, aumentar a reserva de sua unidade familiar.

Àquelas unidades familiares que utilizam áreas cedidas temporariamente para o uso dos roçados não é conveniente lançar sua força de trabalho na formação de açazais, pois não iria lhe dar direitos de acesso sobre a extração de açaí da mesma forma que ele tem acesso aos produtos do roçado. Isso tem ligação com a noção de direito do grupo (próximo tópico). Caso o fizesse, ocasionaria um imbrólio, pois teria direitos às palmeiras plantadas numa área cujo dono poderia dar outra destinação no futuro.

A sazonalidade da palmeira do açaí ao longo do ano, o aproveitamento da abertura de área de roçado para posterior enriquecimento com a cultura de interesse, a constituição de um fundo de manutenção da unidade familiar quer seja pelo consumo, pela comercialização dos produtos agrícolas ou reserva de recursos naturais são fatores envolvidos na concepção da integração agrícola e a extrativa de açaí no cotidiano da Ilha Queimada.

### **Aspectos das territorialidades específicas e a noção de direito à terra na tomada de decisão sobre os roçados**

O processo de construção do território desse grupo, que se constituiu através das relações de trabalho e parentesco, definiu a configuração atual do acesso à terra no local do estudo e são marcantes para a tomada de decisão sobre o uso dos recursos e o investimento da mão de obra familiar. É possível identificar “territorialidades específicas”, pois as

famílias compartilham o reconhecimento de “delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2008, p. 75). Nestas várzeas amazônicas, as terras são de pertencimento familiar extensa, ou seja, a unidade familiar extensa delimitou fisicamente áreas de trabalho nas terras tradicionalmente ocupadas segundo uma territorialidade própria, a partir das suas relações sociais na ação sobre o ecossistema.

A configuração das terras de pertencimento das famílias do rio Preto não remete a um período tão antigo quanto a época do “auge da borracha”, no século XIX e início do século XX. Porém, herdou algumas relações de trabalho e comerciais oriundas desse período, tais como o sistema de aviamento adaptado, com características de arrendamento.

Mesmo sem a posse formal da terra, a família extensa Monteiro foi construindo o seu território a partir do uso e gerenciamento dos recursos naturais disponíveis, do uso dos produtos da floresta e com a abertura de pequenos roçados visando os produtos da subsistência familiar, desde que chegaram à Ilha Queimada em meados dos anos 1960 (GARCEZ DA SILVA, 2012).

Nesse sistema de organização de trabalho, a família Monteiro e outras famílias que chegaram posteriormente para extrair látex para o seringalista foram se estabelecendo e realizando outras atividades agrícolas e extrativas que, a princípio, não eram de interesse de mercado e nem do patrão, pois não lhe auferiam lucros, tais como a retirada de palha de buçu (*Manicaria saccifera* Gaertn.) para cobrir as casas, a extração do açaí para o consumo familiar, a pesca, a caça, a extração das sementes de oleaginosas e os roçados, ainda que clandestinamente.

O patrão mediava a relação do camponês com as terras ocupadas, limitava o seu controle e apropriação material e simbólica. Toda a produção colhida e extraída deveria ser entregue a ele ou a pessoas ligadas ao mesmo. Com ele também se fazia aquisição de gêneros alimentícios e ferramentas de trabalho. Por isso não tinham permissão de fazer os roçados (GARCEZ DA SILVA, 2012, p. 85).

Ainda assim os roçados eram constituídos à revelia do patrão para garantir a subsistência da unidade familiar que crescia em número de membros, construindo seu território sem a posse formal da terra. Sem confrontos, os roçados eram pequenos e feitos dentro da mata.

Essa atividade permitia uma garantia em longo prazo e ao seu alcance, de alimento e produtos comercializáveis para sua unidade de consumo, pois o roçado atende “tanto as necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade com outros

grupos domésticos e com a comunidade mais ampla” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 175).

No contexto histórico das relações de subordinação ao patrão, vinculado ao mercado de produtos específicos, o roçado é um elemento de autonomia, não no sentido de isolamento ou de controle total sobre os produtos do roçado, mas no sentido do controle relativo sobre sua relação com a natureza.

Além de freguês, segundo os entrevistados da família Monteiro, o patriarca Rosemiro mantinha laços de parentesco não biológico, uma vez que foi absorvido como “filho de criação” quando ainda criança pelo patrão. Essa relação amenizou de alguma forma as relações entre a família extensa de seu Rosemiro Monteiro e o patrão Carvalho, até o seu falecimento (BARBOSA, 2012).

Até os anos 1970, perduraram as relações comerciais da família Monteiro e o “dono da ilha”. Nos anos 1980 o processo de territorialização foi marcado pela fábrica de palmito construída pelo patrão, que era abastecida pelas famílias freguesas assentadas. Como o fornecimento não supria a demanda da fábrica, contrataram trabalhadores conhecidos como “palmiteiros” – faziam exclusivamente a extração do palmito.

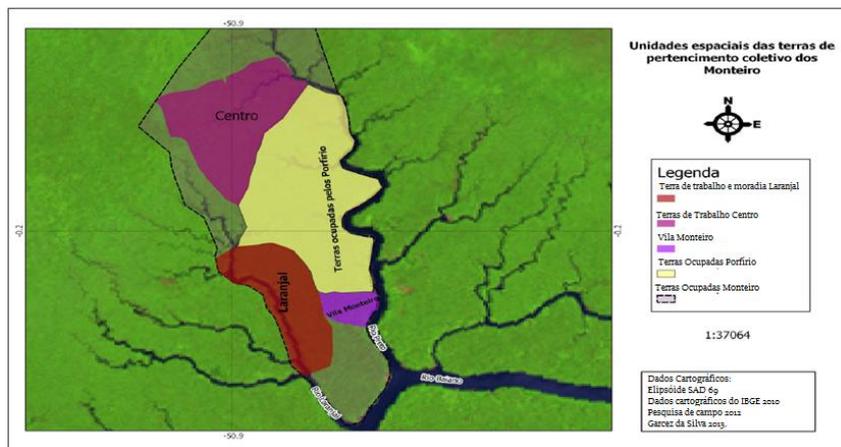
Ao perceberem a devastação nos açazais explorados pela família, procuraram o patrão, mas não conseguiram apoio para parar o avanço dos “palmiteiros”. O patrão, nesse sentido, ameaçou a manutenção e/ou preservação do direito e uso da propriedade do grupo familiar, no caso, os limites de respeito, bases para a reprodução social do grupo.

Isso fez a família extensa Monteiro aliar-se a outras organizações em diferentes instâncias institucionais e realizar a denúncia ao órgão ambiental da época, o IBAMA, iniciar a participação no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, que contribuiu para a atual situação da Ilha como PAE – Projeto de Assentamento Extrativista.

As exigências de mercado, sob jugo do patrão, trazem transformações na relação entre os fregueses, e destes com o meio, gerando atrito entre as famílias freguesas, que assumem posturas diferentes em relação ao patrão. A família Monteiro optou por se opor. Outras preferiram manter a relação de subordinação ao patrão.

Quando o Estado passa a reconhecer o direito dos ribeirinhos nessas áreas da União em 2008, a figura do patrão perdeu sua efetividade, e um rearranjo do uso das áreas teve que ser feita entre as famílias para amenizar o atrito. A noção de direito que garantiu e reconheceu a posse das terras tinha como critério a aplicação do trabalho familiar na terra, delimitando territorialidades específicas (Mapa 3).

**Mapa 3** – Mapa das unidades espaciais das terras de pertencimento coletivo dos Monteiro do rio Preto



**Fonte:** Adaptado de Garcez da Silva (2013, p. 102).

Até os dias atuais, estas famílias mantêm a ocupação tradicional e os limites de respeito das áreas entre as unidades familiares, tendo como critério o trabalho exercido e também os laços sociais desenvolvidos durante a performance desse trabalho. Os herdeiros subdividem-nas após a formação de novas famílias nucleares.

Segundo relato dos entrevistados, em alguns casos as áreas são cedidas para o trabalho dos genros e agregados com acordo de pagamento sobre o açaí produzido em tempos de safra. Há casos em que o acordo de pagamento é de 5% sobre o açaí produzido. A produção geralmente é vendida em conjunto na cidade de Macapá. Quando as geleiras<sup>5</sup> estão na região, a venda é diretamente para estas, e, após o pagamento, retiram-se os 5% de cada saca vendida.

Em geral, a venda é em conjunto e às vezes pode ser feita separada, desde que faça a separação da porcentagem quando o açaí advém de área cedida. Nem todos os atores sociais participantes do estudo são herdeiros da ocupação tradicional das terras. Alguns chegaram quando a distribuição de terras já estava clara entre as famílias pioneiras. O que

<sup>5</sup> Embarcações de porte grande e médio que adaptam seu convés com uma espécie de câmara frigorífica. Ali comportam gelo para manutenção dos frutos de açaí armazenados e em camadas alternadas de gelo para o transporte até o local de destino.

definiu os locais de moradia e de trabalho foram as relações de trabalho e de parentesco. Transações monetárias podem ocorrer, mas de forma específica, regidas também por estas relações.

Entretanto, a ausência de uma ocupação “tradicional” não impede a atividade agrícola, uma vez que nos jiraus, quintais, paneiros também podem ser utilizados para alguns cultivos. Aqueles que não têm posse da terra também fazem roçados em conjunto com os que detêm terras dentro dos limites de respeito e em áreas de posse tradicional com consentimento dos herdeiros.

Porém, observamos que, em geral, não há investimento no uso contínuo da área, pois não parece viável à família investir seu trabalho em enriquecer o roçado e estabelecer um açazal que não será seu. Ao invés disso, a mão de obra é aplicada em açazais de herdeiros, realizando a extração do fruto, manejo de alguns açazais com a extração do palmito, recebendo um valor e, em alguns casos, pagando uma porcentagem pelo uso dos recursos. Portanto, a articulação das práticas agrícolas e extrativas podem ser as mesmas, mas o protagonista dessa articulação se diferencia pela relação que tem com a terra, se tem a posse tradicional ou não.

### **As relações inter e intrafamiliares desenvolvidas nesses espaços**

A descrição e análise destas relações nos auxiliarão a entender o conjunto de regras e normas que são expressos por laços solidários para gerenciar o uso dos recursos disponíveis para as atividades essenciais nesta interpretação.

Embora o roçado seja considerado localmente um espaço masculino, encontramos famílias em que tanto homens quanto mulheres e crianças executam tarefas. Aos homens são atribuídas as ações sobre a abertura da área, o corte da vegetação herbácea e arbórea, assim como a queima e a coivara. Enquanto, de forma geral, as mulheres e crianças atuam sobre o plantio, produção de mudas, repicagem, capinas e colheitas dos produtos.

São atribuídos ao sexo masculino as atividades de extração de açaí e do palmito, e o manejo da área.

Crianças do sexo masculino são incentivadas a acompanhar seus pais para aprender a subir no estipe das palmeiras e a retirar os cachos que conseguem carregar, geralmente os menores. A presença feminina ocorre em momentos específicos de ausência masculina para o suprimento do consumo da família, para a debulha e, em casos mais restritos, registrado no caso de viúvas com filhos pequenos ou abandono do lar pelo marido, na extração de açaí para a venda.

Em determinados momentos da implantação do roçado, como na limpeza da área, o trabalho não é feito por um homem ou só por

membros de uma só família. Há a organização de trabalho cooperativo para o trabalho no roçado, semelhante ao que Wagley (1988, p. 85) relata em Gurupá no trabalho com a mandioca, prática comum nos roçados do município de Muaná, no Marajó (BRABO, 1979, p. 45). Em geral, o trabalho cooperativo é organizado para a realização do trabalho mais pesado do preparo do solo e são convidados parentes, vizinhos, compadres e amigos. O anfitrião fica responsável pelas despesas: geralmente pelo almoço e lanches, que são preparados pelas mulheres dos convidados.

A retribuição não é necessariamente feita por recompensas monetárias, mas pode ser através da ajuda mútua ou trabalho cooperativo. Contudo, registramos tanto ocasiões em que houve pagamento monetário, como momentos em que o mutirão foi organizado para o trabalho em cooperação e situações em que ambos foram utilizados em uma unidade familiar.

Na cooperação, a retribuição ocorre em dispor a mão de obra nas áreas de cada um dos convidados, assim que forem convocados novamente (BRABO, 1979, p. 46; WAGLEY, 1988, p. 85).

Assim como em outros locais do Brasil, o termo mutirão é utilizado como uma forma de caracterizar o auxílio mútuo. A associação e união caracterizam o mutirão, envolvendo laços de reciprocidade dentro e entre as famílias do grupo estudado, conforme relatado por Caldeira (1956, p. 121).

Para além dos ambientes agrícolas, notamos os benefícios e ajuda entre famílias vizinhas: empréstimo de utensílios de cozinha, utensílios de trabalho agrícola, ajuda com o cuidado dos filhos menores na saída de uma das mães e socorro em casos de doença. E ainda na aquisição das mudas e sementes para o plantio dos roçados, vimos que os laços definidos pelo matrimônio de descendentes da família influenciam fortemente nas trocas e doações entre as famílias.

A organização informal entre as famílias resulta em regras que regem o uso de seus espaços. Destacamos a experiência que tiveram com a criação de porcos, que os beneficiava, mas que também tornava oneroso o trabalho no roçado. Isso porque a criação era feita de forma extensiva, sem quaisquer cercas de proteção, e os porcos frequentemente se alimentavam das raízes e plantas dos roçados que encontravam. Assim, era necessário cercá-los e, para isso, utilizavam estirpes de açaizeiro.

Havia reclamações por parte das famílias que não criavam porcos, mas precisavam proteger seus roçados. O desconforto trouxe o acordo entre as famílias envolvidas, visando o cancelamento gradativo da criação desses animais soltos, desde o ano de 2012.

Indicamos assim que os roçados não dependem apenas do valor de seus produtos no mercado ou da demanda do consumo pelas famílias, mas também da dinâmica organizativa da unidade familiar e comunitária. Isso alerta para o aspecto da multifuncionalidade da agricultura (SABOURIN, 2010), onde esta atividade é percebida além de suas funções produtivas, incluindo a social e ambiental.

As relações sociais que ali se desenvolvem desenham regras próprias do grupo e delimitam o acesso aos recursos naturais e domínio das unidades familiares sobre determinadas áreas de forma consentida.

### **Aspectos da integração do roçado e do extrativismo de açaí**

A integração das atividades agrícolas e extrativas são exemplos de práticas adotadas pelas unidades familiares para garantir a proteção, o direito de acesso e a disponibilidade dos recursos. Essa gestão é feita de forma consensual ou negociada e se revela através de estratégias locais e uso ordenado dos recursos nas várzeas amazônicas.

Nesse contexto percebemos aspectos que demonstram a integração das duas atividades, mas também aspectos que dissociam o roçado do açaiçal.

No que tange à dissociação, primeiramente o roçado não é feito necessariamente visando o plantio de açaís, embora entre muitas famílias seja uma prática comum. Eles podem ser abertos visando apenas a manutenção e reserva econômica da família no que concerne alimentos e plantas úteis para construção, confecção de ferramentas e utensílios de trabalho, medicinais, sementeira para roçados futuros e visando apenas a comercialização de produtos específicos.

Um segundo aspecto a considerar seria a hipótese sobre a relação entre o plantio do açaiçal e o domínio de uso da terra observada em uma das famílias residentes numa terra cedida por “herdeiros” da ocupação dos anos 60.

Estes últimos vieram para trabalhar e constituíram família por ali. Tendo o consentimento daquele que tem os limites de respeito, residem e trabalham em diversas atividades, inclusive na extração do açaí, pagando um valor pela retirada desse recurso mais demandado pelo grupo. Porém, esta unidade familiar não teve o interesse de estabelecer o cultivo da palmeira que, até então, constitui a renda que proporciona maior poder aquisitivo às famílias.

Isso porque o trabalho investido em enriquecer o roçado e estabelecer um açaiçal que não será seu não parece um investimento tão viável. Ao invés disso, a sua mão de obra é aplicada em açaiçais de outra unidade

familiar de herdeiros da ocupação dos anos 60, sob pagamento da porcentagem para acessar os recursos.

O fato de possuir ou não áreas sob limite de respeito reflete sobre as tomadas de decisão para continuidade de uso das áreas como roçado, como açailal ou capoeira, aliado à composição familiar e à disponibilidade de membros capazes de trabalhar.

Um terceiro aspecto para a dissociação é a mudança da funcionalidade da área. Após consolidar o roçado, considerando o pousio de dois a três anos, a vegetação cresce e a paisagem adquire aspecto florestal. Neste ponto não é mais concebido pelo grupo como roçado e sim como capoeira ou açailal. De forma simples, a capoeira é quando a vegetação cresce livre e sem manejo, e o açailal é quando a área de roçado é planejada para o plantio de palmeiras dessa espécie e o crescimento da vegetação é conduzido de forma a beneficiar o açailal.

Já a integração entre as duas atividades é percebida através da sazonalidade do fruto de açai ao longo do ano, o aproveitamento da abertura de área de roçado para posterior enriquecimento com a cultura de interesse, constituição de um fundo de manutenção da unidade familiar quer seja pelo consumo, pela comercialização dos produtos agrícolas ou reserva de recursos naturais.

A safra do açai é sazonal e não ocorre ininterrupto durante o ano. Em geral, durante seis meses é possível obter renda através da venda do fruto e no restante do ano é preciso dedicar-se a outras fontes de renda. Neste espaço da entressafra o roçado assume papel essencial como fonte de mantimentos, produtos agrícolas comercializáveis e reserva de manutenção da unidade familiar.

Quando comparado à renda financeira advinda dos frutos de açai, a agricultura itinerante pode ser menos compensadora, mas continua a ser praticada porque ao longo dos anos é uma reserva garantida às famílias de forma cumulativa, sobretudo no que tange à segurança alimentar e ao conhecimento que continua a ser renovado pelas relações entre as gerações e entre gêneros. E vai além de suprir a carência alimentar das famílias ou grupos; constituem também reserva de materiais para construção, lenha, medicamentos, produtos comercializáveis, banco de sementes, material para lazer, alimentos para criações e para o consumo humano.

O aproveitamento da área agrícola, do arranjo das espécies para estabelecer o açailal é um fator que integra as duas atividades que parecem concorrentes.

Os roçados e o cultivo de açai que nos referimos não é uniforme ou uma monocultura. Apresentam elementos agrícolas e florestais

diversificados. É o chamado neoextrativismo, cujas técnicas são desenvolvidas a partir dos saberes e práticas vividas e adaptadas ao ecossistema local (RÊGO, 1999, p. 3).

O açaizal pode ser nativo (e este pode ser manejado para fins econômicos) ou induzido quando temos uma área de roçado em que são cultivadas palmeiras dessa espécie entre as variedades frutíferas e agrícolas. Esta área é conduzida para que sobressaiam as palmeiras de açaí. O cuidado e as práticas aplicadas ao açaizal são designados localmente como “manejo”.

A definição local de manejo não coincide necessariamente com o entendimento técnico ou acadêmico. O atual significado de manejo consiste em um conjunto de práticas, tais como a limpeza da área (roçagem do mato, seleção e retirada das árvores cuja copa é mais densa e que causam sombreamento excessivo) e o corte das palmeiras mais altas e finas que tornam a escalada na palmeira perigosa. Este entendimento está estreitamente associado ao aumento de produtividade por área e por unidade de trabalho, em conformidade com a atual intensificação da demanda do mercado e está baseada na integralidade do uso da palmeira de açaí.

Além da comercialização, os frutos de açaí são direcionados à alimentação das famílias. A polpa do açaí é um produto básico da dieta regional, sendo parte importante das refeições. É comum cada um da família ter em mãos a sua vasilha com açaí misturado com farinha (o açúcar não é adicionado pela maioria), o prato com carne (carnes em geral, enlatados, peixe, camarão) e feijão. A observação direta permitiu considerar que o interesse no consumo da unidade familiar sobressai à comercialização dos frutos de açaí em momentos que a extração for suficiente apenas para alimentação.

Por meio do corte do estipe da palmeira retira-se o palmito. Sem planejamento e aplicando o corte raso das várias estipes, a renda com os frutos para o ano seguinte pode ficar comprometida, caso permaneçam apenas palmeiras muito novas.

Na década de 1960 houve uma predação da palmeira de açaí no estuário amazônico pela valorização e estabelecimento das fábricas de palmito (JARDIM & ANDERSON, 1987, p. 4; MOURÃO, 2010, p. 88). Com a valorização do fruto no decorrer dos anos, houve uma mudança de atitude.

Conforme os relatos essa mudança é a forma do manejo aprendida por observação direta de membros da família estudada em outros municípios paraenses (Moju, Breves, Gurupá), utilizada como estratégia para o uso ordenado dos recursos disponíveis.

Durante as viagens para outros municípios paraenses (Moju, Gurupá, Limoeiro e Breves) visando a compra de açaí para vender em Macapá, esses membros observaram outras formas de retirar o palmito através do “manejo”. A tecnologia adquirida em outras localidades permitia tanto a retirada do palmito como a extração dos frutos por meio da seleção das palmeiras a serem retiradas (SALES, 2012). A observação empírica para adoção de práticas no manejo realizado por outros grupos familiares é percebida em outras regiões do Pará, como em Abaetetuba (GROSSMAN *et al.*, 2004).

A constatação do uso de inovações técnicas no sistema de manejo ribeirinho de açaizais é confirmado por estudiosos como Jardim e Anderson (1987), Grossmann *et al.* (2004), Queiroz e Mochiutti (2001), Azevedo (2005; 2010), Homma *et al.* (2006).

Aliar as duas atividades não parecia possível com o corte raso, mas com o manejo de açaizais abriu-se as possibilidades.

Mesmo que seja comum a prática do manejo, a intensidade deste entre as famílias é heterogênea, podendo ser analisado conforme Grossman *et al.* (2004, p.184) em intensivo, intermediário, moderado e ausência de manejo.

A disponibilidade de mão de obra, posse da terra, tamanho da área e a consciência da dependência dos produtos florestais são fatores marcantes na intensidade do manejo. Notamos na área de estudo a realização do manejo intermediário, moderado e sem manejo.

O manejo intermediário consiste na eliminação de espécies sem valor econômico, permanecendo por seleção aquelas que são classificadas pelas famílias como úteis. A combinação de restrição de mão de obra e tamanho da área parece influenciar nesse tipo de manejo.

No manejo moderado, ocorre a eliminação das espécies consideradas indesejáveis, principalmente por impedir o trânsito das pessoas pelas florestas, tais como o murumuruzeiro, cipós com acúleos ou espinhos, e preservam outras espécies arbóreas e palmeiras. O manejo moderado estava ligado à cultura da família em preservar o ecossistema por ser consciente na dependência dos produtos florestais e pela limitação em disponibilizar mão de obra. E a ausência de manejo parece estar ligada à falta de posse da terra e pelo investimento da mão de obra em outras atividades.

É possível encontrar os três tipos de manejo juntos em áreas diferentes, em uma mesma unidade familiar, ou que alcançam níveis diferenciados de forma gradativa: iniciam com manejo moderado, aumentam as intervenções e alcançam o nível intermediário.

Há uma imagem de sustentabilidade sobre o manejo de açazais de várzea no senso comum; contudo, a expansão em larga escala dessa prática, e a sua distorção, traz riscos ambientais a médio e longo prazos, conforme sinaliza Homma e colaboradores (HOMMA *et al.*, 2006, p. 19). Isso ocorre quando o manejo de açazais é intensificado e transformado em plantios homogêneos que privilegiam a palmeira de açaí, em detrimento de outras espécies nativas.

### **Considerações finais**

Os dados apresentados indicam que a dinâmica camponesa na várzea amazônica possui lógica própria e demonstra tecnologias e conhecimentos específicos que permitiram e permitem a assimilação de elementos culturais, noções de direito, adaptação ao ecossistema e a gestão e uso dos recursos naturais disponíveis. Os principais definidores do planejamento e da tomada de decisões das unidades familiares são os fatores sazonais, como a pluviosidade diferenciada no verão e no inverno, a influência das marés; o ciclo fisiológico das espécies vegetais e animais compelem a intersecção de atividades agrícolas e extrativas (abertura de roçado visando formação de açazal e o manejo de açazal aproveitando a abertura dos estratos arbóreos para plantios) observadas no calendário agrícola e extrativo.

As noções de direito e a territorialidade específicas permeiam as tomadas de decisões para o uso contínuo da área como roçado, açazal ou capoeira, aliadas à composição familiar e à disponibilidade de membros capazes de trabalhar, e ao investimento da força de trabalho disponível.

A questão tratada permitiu a compreensão sobre a coexistência de processos produtivos em territórios específicos que expressam conhecimentos, valores, organizações, estruturas, trajetórias tecnológicas e formas de gestão em totalidades heterogêneas e não podem ser reduzidas ao atendimento de demandas de um produto. Embora a venda do açaí traga a maior quantidade de renda durante os meses de safra, ela ocorre em poucos meses e não responde pela garantia do consumo familiar.

No levantamento, registro das entrevistas e análises propostas, percebemos que as atividades realizadas no roçado e no extrativismo de açaí são compostas do registro histórico e se entrelaçam com as lembranças e com o estágio de vida dos membros da família. O que para nós, pesquisadores, são dados, para eles são memórias e recordações sobre a sua vida familiar, sobre o ensino de seu conhecimento conforme a idade de cada filho e filha. O trabalho é cunhado de significados e noções subjetivas que são extremamente considerados na vivência deste

campesinato. Para estes, a terra (neste caso, a várzea), a família e o trabalho estão associados, semelhante aos aspectos que discutem Klass Woortmann (1993, p. 62) e Ellen Woortmann (1995, p. 157).

Dessa forma, é conveniente a cautela de pesquisadores ao tentar definir critérios de importância, significados e articulação de práticas como primordial ou secundário se a análise considerar apenas aspectos monetários (renda, relatos da produção, produtividade e comercialização). Os aspectos econômicos, históricos e sociais são essenciais e estão inseridos nessa dinâmica. Por isso, optamos por analisar a partir do planejamento da família ao longo do ano, focando em duas atividades que parecem ser problemáticas: o roçado característico da agricultura de corte e queima, e o extrativismo de açaí nas ilhas do arquipélago de Marajó.

As áreas menores que um hectare e a velocidade de recuperação da vegetação das várzeas beneficiadas pela movimentação das marés trazendo nutrientes, matéria orgânica, sementes e propágulos vegetais apontam que, embora seja feita a abertura vegetal da floresta ou capoeira, não apresentam ameaças à biodiversidade.

O trabalho no roçado e no açaí são comuns nessa região; entretanto, não ocorrem em um formato igual em todos os contextos. O formato, composição, escolha da área, objetivo e tomadas de decisões sobre os roçados são particulares, assim como o uso contínuo da área após o tempo de uso agrícola como capoeira, formação de açazal ou com outro ciclo agrícola.

No manejo de açaí, a intensidade da intervenção tem relação com a disponibilidade de mão de obra, “posse” da terra ou ocupação tradicional, tamanho da área, relações de parentesco biológico, não biológico, relações de trabalho e a consciência na dependência dos produtos florestais. Na organização do trabalho há divisão sexual das tarefas tanto no roçado quanto no açazal. Existem tarefas condicionadas a atividades próprias e aquelas realizadas por ambos os atores sociais.

Há fatores que integram e que dissociam as duas atividades analisadas. O roçado se apresentou como dissociado do açazal por não ter seu estabelecimento atrelado exclusivamente ao plantio de açazais, embora seja comum essa prática. Eles podem ser estabelecidos para manutenção e reserva econômica da família em períodos ao longo do ano e para a comercialização de produtos específicos.

A integração é percebida pela sazonalidade dos frutos, na combinação da vegetação na área de roçado para o futuro açazal e nas tecnologias locais adotadas para garantir a proteção, direito de acesso e disponibilidade dos recursos.

Essa gestão só foi possível devido ao acesso livre à terra e aos recursos naturais, afirmando o princípio de autonomia do campesinato amazônico. O processo que culminou com a tensão causada por uma intervenção externa (patrão e os palmiteiros) trouxe mudanças significativas na organização social, na adoção de tecnologias, e reconhecimento de uma identidade coletiva e das territorialidades específicas.

## **Referências bibliográficas**

- AB'SABER, Aziz N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45. São Paulo, mai./aug. 2002.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negro de Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2ª ed. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998. 278p.
- ALMEIDA, A. W. B de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. IN: ALMEIDA, A. W. B de. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, 2008.
- ALTIERI, M. A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture Ecosystems and Environment*. v. 74, n. 1-3, p. 19-1, 1999.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. 2ª ed. rev. ampla. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 592 p.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 120 p.
- ARANHA, H. A. *Roçado vira capoeira! Dinâmica das práticas agrícolas de tiradores de açaí no município de Afuá - Pará*. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- AZEVEDO, J. R. *Tipologia do sistema de manejo de açaizais nativos praticado pelos ribeirinhos em Belém, estado do Pará*. 2005. 113 f. Dissertação (mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- BARBOSA, Maricélia Gonçalves. *"Quem mora em cima da terra é quem tem direito": o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados "tiradores de açaí" da Vila Monteiro no rio Preto, no município de Afuá*. 151 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, 2012.

- BENTES-GAMA, M. de M.; RIBEIRO, G. D., FERNANDES, C. de F.; MEDEIROS, I.M. de. *Açaí (Euterpe spp.): características, formação de mudas e plantio para a produção de frutos*. Porto Velho: EMBRAPA – RONDÔNIA, 2005. (Circular técnica, 80).
- BRABO, M. J. C. Os roceiros de Muaná. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979. (*Publicações avulsas*, 32).
- CALDEIRA, Clóvis. 1956. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CASTRO, Albejamere Pereira de et al . Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. *Acta Amaz.*, Manaus , v. 39, n. 2, p. 279-288, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0044-59672009000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672009000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, Graziano da ; STOLCKE, José; VERENA.. *A Questão Agrária*. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollaç José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163. [Original de 1929].
- CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA. n. 16, 2010, Belém. Distribuição Espacial da Precipitação Climatológica nas Mesorregiões do Estado do Pará, nas Últimas Décadas (1978-2008). *Anais...*Belém: Sociedade Brasileira de Meteorologia, 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. Rotas de Integração Nacional: arranjos produtivos locais prioritários para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Amazônia. (*relatório*) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará. 84 p. [2015]
- FEARNSIDE, P. Agricultura na Amazônia: Tipos de agricultura, padrão e tendências. *Cadernos NAEA*, v. 10, p. 197-252, 1989.
- GARCEZ DA SILVA, E. C. *Territorialidades específicas em uma comunidade tradicional de tiradores de açaí num contexto de mudanças na estrutura fundiária: o caso do pae da ilha queimada, município de Afuá, estado do Pará, Brasil* (Projeto de Qualificação do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Belém, 56 p. [Trabalho não publicado].
- \_\_\_\_\_. *Territorialidades específicas e mudanças fundiárias: o processo de territorialização dos Monteiro do rio Preto, município de Afuá, Pará*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- GROSSMANN, M.; FERREIRA, F. J. C.; LOBO, G.; COUTO, R. C. Planejamento Participativo visando a um manejo sustentável dos açazais no estuário amazônico e regulamentações sociais. In: JARDIM,

- M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Ed.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 181 – 204.
- HOMMA, A. K. O. et al. Açaí: novos desafios e tendências. *Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, Belém, v.1, n. 2, p. 7-23, jan./ jun. 2006.
- JARDIM, M. A. G. & ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açazeiro no estuário amazônico – resultados preliminares. *Boletim de Pesquisa Florestal*, Colombo, n. 15, p.1-18, dez. 1987.
- MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. *Revista Estudos Avançados*, online, v.19, n.53, p. 209-220, 2005. Disponível em< <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100013>>. Acesso em: 6 nov. 2013.
- MOURÃO, Leila. História e natureza: do açaí ao palmito. *Revista Territórios e Fronteiras*, v.3, n.2, jul./dez. 2010.
- NEVES, W. A., ADAMS, C., MURRIETA, R. S. S., RIBEIRO FILHO, A. A., PEDROSO JUNIOR, N. N. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. *Revista Ciência Hoje*, p.38-43, vol. 50, n. 297, out/2012.
- NOGUEIRA, A. K., SANTANA, A.C. Benefícios socioeconômicos da adoção de novas tecnologias no cultivo do açaí no Estado do Pará. *Revista Ceres*, v. 63, n. 1, p. 001-007, jan./fev., 2016.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEDROSO JUNIOR., N. N.; ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S. Slash-and-Burn Agriculture: A System in Transformation . *Revista Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, mai./ago.2008.
- PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.
- PRIMAVESI, Ana. *Manejo Ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002.
- QUEIROZ, J. A. L. DE; MOCHIUTTI, S. *Guia prático de manejo de açazeiros para produção de frutos*. Macapá: Embrapa Amapá, 2001. 24 p. Disponível em: <[http://www.cpfap.br/embrapa/wp-content/arquivos/2009/12/Documentos2001\\_26.pdf](http://www.cpfap.br/embrapa/wp-content/arquivos/2009/12/Documentos2001_26.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2014.
- RICHERS, Bárbara T. Trautman. Agricultura migratória em ambientes de várzea na Amazônia central: ameaça ou sistema integrado? *Revista UAKARI*, v.6, n.1, p. 27-37, jun/2010.

- SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade e relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, n.58, pp.151-169, jan./abr., 2010.
- SALES, Sammy Silva. *Os Monteiros do Rio Preto: Estudo de uma unidade familiar camponesa entre os chamados "Tiradores de açaí"*. Belém: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2012. 114 p. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SANTANA A. C. de & COSTA F. A. Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará. In: Santana AC de, Carvalho D.F. & Mendes A. F. T. (Eds.) *Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial*. Belém, Banco da Amazônia. p. 205-226.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Hacia una sociología de las ausências y una sociología delas emergencias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del sur: la reinvencción del conocimiento y la emancipación social*. México: CLACSO, 2009. p. 98 - 159.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. Volume 3. São Paulo: Editora T.A., 1980.
- WAGLEY, Charles. *Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 316 p.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. 2. Ed. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 150p. [Original: Peasants. 1966].
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres - Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/ Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Klass. Com Parente Não Se Neguceia (o campesinato como ordem moral). In: *Anuário Antropológico*, n. 87. Brasília: Edunb/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- ZARIN, D. J.; DUCHESNE, A .L.; HIRAOKA, M. Shifting cultivation on the tidal floodplains of Amazonia: impacts on soil nutrients status. *Agroforestry Systems*. v. 41, p. 307-311, jun. 1998.

CORRÊA, Heldiane Aranha, Tatiana Abreu de Sá e Noemi Sakiara Miyasaka Porro. Entre o açaí e o roçado: interpretações sobre o planejamento de atividades agrícolas e extrativas por um campesinato de várzeas amazônicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2016, vol. 24, n. 2, p. 604-630, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Entre o açaí e o roçado: interpretações sobre o planejamento de atividades agrícolas e extrativas por um campesinato de várzeas amazônicas*). No Rio Preto da Ilha Queimada, em ecossistema de várzea amazônica, ao noroeste do Arquipélago do Marajó, o cultivo de corte e queima característico dos roçados representa uma forma de uso integrado do ambiente pelos atores sociais locais; neste caso, associado ao extrativismo de açaí. A dinâmica do trabalho familiar registrada nestes espaços indica que as relações de produção são regidas por laços de parentesco, vizinhança e compadrio, e que há divisão de tarefas por gênero e conforme o estágio do ciclo de vida. O impressionante aumento da demanda pelo mercado e a alta dos preços em determinados meses nos levam a pensar que o ciclo de produção do açaí determina o planejamento das atividades agrícolas e extrativas. Porém, a pesquisa empírica mostra que o planejamento agrícola e extrativo não é definido apenas pelo mercado, mas que esta variável é apenas uma parte do conjunto de fatores relevantes para a economia deste campesinato.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, açaí, extrativismo, organização familiar, Amazônia.

**Abstract:** (*Between açaí and roçado: interpretations of peasants' planning of agricultural and extractive activities in the Amazonian floodplains*). On the Preto River in the Ilha Queimada, in ecosystems of the Amazon floodplain on the Northwest of the Marajó Archipelago, slash-and-burn shifting cultivation, named *roçados*, represents a form of integrated use of the environment by local social actors; in this case, associated with *açaí* extraction. The dynamics of family labor in these areas indicate that relations of production are governed by kinship, neighborhood and friendship ties and that there is division of labor by gender and in accordance with the stage of the life cycle. The impressive increase in market demand and rising prices for *açaí* mislead us to assume it as the determining factor for planning agricultural and extractive activity. Instead, empirical research shows that the market is just one of many parts of a set of factors relevant to the economic life of this Amazonian peasantry.

**Keywords:** family agriculture, *açaí*, extraction, household organization, Amazon.

Recebido em outubro de 2016.

Aceito em outubro de 2016.